

ROBERTO OZELAME OCHOA
AMADEU DE ALMEIDA WEINMANN

Recuperação Empresarial

Nova Lei de Falências
&
Novo Direito Penal Falimentar

Livraria do Advogado Editora

Porto Alegre
2006

347.739(81)(094)
Coment.
O16r



O16r

Ochoa, Roberto Ozelame

Recuperação empresarial: nova lei de falências e novo Direito Penal

Falimentar/Roberto Ozelame Ochoa, Amadeu de Almeida Weinmann.

- Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006.

186 p.; 23 cm.

ISBN 85-7348-415-2

1. Falência. 2. Direito falimentar. 3. Processo falimentar. 4. Crime falimentar. I. Weinmann, Amadeu de Almeida. II. Título.

CDU - 347.736

índices para o catálogo sistemático:

Falência

Direito falimentar

Processo falimentar

Crime falimentar

(Bibliotecária responsável: Marta Roberto, CRB-10/652)

347.739(81)(094)

Coment.

O16r



Sumário

Apresentação	13
--------------	----

1ª Parte **A NOVA LEI DE FALÊNCIAS**

Capítulo I - Disposições Preliminares (artigos 1º a 4º)	17
1. Instrumentos jurídico-processuais aplicáveis à crise econômico-financeira empresarial, regulados pela Lei 11.101/2005	17
2. Aplicabilidade residual da Lei 11.101/2005 aos entes empresariais privados	19
3. Formas societárias aplicáveis à sociedade empresária	20
4. Empresário ou produtor rural	21
5. Entes excluídos do regramento da Lei 11.101/2005	21
5.1. Sociedades simples e sociedades não-personificadas	21
5.2. Sociedades de economia mista e empresas públicas	21
5.3. Instituições mencionadas no inciso II do artigo 2º	21
6. Foro de processamento da recuperação judicial ou falência	22

Capítulo II - Disposições Comuns a Recuperação Judicial e a Falência

Seção I - Disposições Gerais (artigos 5º e 6º)	223
7. Créditos pré-excluídos	23
8. Obrigações a título gratuito	23
9. Despesas e honorários advocatícios	23
10. Exigibilidade das multas pecuniárias	25
11. Suspensão do curso do prazo prescricional das obrigações	25
12. Da suspensão da tramitação das ações e execuções em que os credores demandem quantia líquida	26
13. Do prosseguimento das execuções com data de leilão ou praça já designada	27
14. Das ações que não se suspendem	27
14.1. Ações por quantia ilíquida	27
14.2. Ações por obrigações de fazer ou não-fazer, ou prestação de fato ou coisa	27
14.3. Outras exceções expressas da Lei 11.101/2005	28
15. Dos coobrigados cambiários	29
16. Fiança civil e locatícia	29
17. Falência e execução fiscal	29

347.739(81)(094)
Coment.
O16r



18. Recuperação judicial e execução fiscal	31
19. Da ação e da execução trabalhista	31
20. Participação do reclamante trabalhista e do credor trabalhista retardatário na assembléia geral	33
21. Fim do prazo de suspensão na recuperação judicial	34

Seção II - Da Verificação e da Habilitação de Créditos (artigos 7º a 19)

22. Arrolamento dos credores	35
23. Obrigação do devedor relacionar os credores	35
24. Publicidade das relações de credores	36
25. Consolidação e publicação do Quadro Geral de Credores	36
26. Verificação dos créditos	36
27. Das habilitações tempestivas	36
28. Das habilitações retardatárias	37
29. Efeitos da contumácia do credor	38
30. Das impugnações	38
31. Do procedimento das impugnações	38
32. Do julgamento das impugnações	39
33. Prazo para conclusão dos procedimentos da verificação de créditos na recuperação judicial	41
34. Mudança de enfoque da nova lei	41
35. Ação rescisória especial falencial	42

Seção III - Do Administrador Judicial e do Comitê de Credores (artigos 21 a 34)

36. Do administrador judicial	44
37. Do Comitê de Credores	46
38. Impedimentos para nomeação as funções de administrador e integrante do Comitê	48
39. Remuneração	48
40. Reembolso de despesas dos integrantes do comitê	48
41. Extraconcursalidade da remuneração e despesas	48
42. Destituição e substituição do administrador	49
43. Das atribuições do Comitê de Credores	49
44. Responsabilidades dos órgãos da falência ou processo de recuperação judicial	51
Seção IV - Da Assembléia-Geral de Credores (artigos 35 a 46)	52
45. Quorum de funcionamento	52
46. Convocação	53

347.739(81)(094)
Coment.
O16r



47. Presidência e composição da mesa	54
48. Representação dos credores	54
49. Proporcionalidade do voto	55
50. Composição da assembléia e redução dos direitos políticos do crédito trabalhista	55
51. Restrição aos direitos políticos de sócios, parentes do devedor/ empresas coligadas e outras	57
52. Quorum de votação ou deliberação	58
52.1. Quorum especial de aprovação do plano de recuperação	58
52.2. Quorum para escolha de representantes no Comitê de Credores	59
52.3. Quorum qualificado para aprovação, de forma alternativa de realização do ativo na falência, prevista no artigo 145	59
53. Invalidação das deliberações assembleares e responsabilidade dos credores	59

Capítulo III - Da Recuperação Judicial

Seção I - Disposições Gerais (artigos 47 a 50)

54 Objetivos da recuperação judicial	62
55 Requisitos para impetração do pedido	63
56. Legitimidade ativa supletiva	65
57. Efeitos da recuperação judicial quanto às obrigações do devedor – Créditos sujeitos a recuperação	65
58. Credores excluídos dos efeitos da recuperação judicial	66
58.1. Exceção do § 1º do artigo 49	66
58.2. Exceções do artigo 49, § 3º	67
58.2.1. O proprietário fiduciário de bens moveis ou imóveis	67
58.2.2. O arrendador mercantil	67
58.2.3. O proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias	68
58.2.4. O proprietário em contrato de venda com reserva de domínio ainda utilizado na aquisição em prestações de bens de produção e até automóveis	68
59. Restituições dos Adiantamentos de contrato de câmbio de exportação	69
60. Meios de recuperação judicial - Rol meramente enunciativo	71

Seção II - Do Pedido e do Processamento da Recuperação Judicial (artigos 51 e 52)

80

347.739(81)(094)

Coment.

O16r



61. Procedimentos iniciais da recuperação	80
62. Livros contábeis	82
63. Demonstrativos mensais	82
64. Dispensa das certidões negativas (exceto as fiscais)	82
65. Desistência do pedido; de recuperação	83
66. Inépcia da inicial ou ausência de documentos obrigatórios para instrução do pedido	83

Seção III - Do Plano de Recuperação Judicial (Artigos 53 e 54)

67. Prazo para apresentação do plano de recuperação (artigo 53)	84
68. Instituição da concordata trabalhista	84
69. Retrocesso social	85

Seção IV - Do Procedimento de Recuperação Judicial (artigos 55 a 69)

70. Forma de manifestação de inconformidade dos credores com o plano de recuperação do devedor	86
71. Prazo para objetar ao plano de recuperação	86
72. Aprovação do plano de recuperação	88
73. Efeitos da rejeição do plano de recuperação	88
74. Momento da apresentação das negativas fiscais	89
75. Aprovação do plano e concessão da recuperação judicial	91
76. Efeitos jurídicos da concessão da recuperação sobre os débitos preexistentes	92
77. Constituição de título executivo judicial	92
78. Efeitos da sentença concessiva sobre os débitos que venham a ser contraídos durante o processamento da recuperação	93
79. Administração da empresa durante a recuperação	94
80. Escolha do gestor quando da destituição do empresário das funções administrativas da empresa em recuperação	94
81. Anotação a margem da denominação empresarial	95
82. Alienação judicial de filiais e unidades produtivas: Problemática da sucessão tributária e da inscrição de ônus e gravames anteriores	95
83. Cumprimento da recuperação judicial	97
84. Efeitos da sentença declaratória de encerramento da recuperação judicial quanto aos créditos ainda não integralmente adimplidos	98
85. Indisponibilidade dos bens do devedor em recuperação	99
86. Registro Contábil do patrimônio de afetação	99
87. Indisponibilidade dos bens particulares dos sócios e gestores	100

347.739(81)(094)

Coment.

O16r



88. Parcelamento tributário especial para as empresas em recuperação	100
--	-----

Seção V - Do Plano de Recuperação Judicial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (artigos 70 a 72)	102
89. Microempresa	102
90. Empresa de Pequeno Porte	102
91. Vantagens e desvantagens comparativamente ao instituto da concordata preventiva – Procedimentos	102

Capítulo IV - Da Convolação da Recuperação Judicial em Falência (artigos 73 e 74)	104
92. Falência incidente	104
93. Convolação da recuperação judicial em falência por ato de ofício ou mediante provocação	104
94. Não-invalidação dos atos praticados	105
95. Esvaziamento das ações declaratórias de ineficácia ou revocatórias dos atos do devedor	105

Capítulo V - Da Falência (Visão sucinta das principais alterações: artigos 75, 83 e seguintes, 94 e seguintes, e 139)	108
96. Disposições Gerais - Objetivos da intervenção Judicial e expropriação na falência - Breve histórico da reforma legislativa	108
97. Da Classificação dos Créditos	112
98. Das alterações do Código Tributário Nacional	113
99. Dos créditos extraconcursais	114
100. Dos rateios	116
101. Casos omissos	116
102. Do Procedimento para a Decretação da Falência - Das presunções de insolvência	118
103. Atos de falência	119
104. Hipóteses de não-configuração de ato de falência	120
105. Valor mínimo	121
106. Prática processual	121
107. Prazo para contestação ou elisão do pedido de falência	122
108. Da recuperação judicial incidente a falência	122
109. Meio recursal	123

347.739(81)(094)
Coment.
O16r



110. Termo legal - Período suspeito - Ação revogatória - Ação de responsabilidade dos sócios	123
111. Ritos especiais - Abolição	125

Seção VI - Da Falência Requerida pelo Próprio Devedor (artigos 105 a 107)	127
112. Natureza jurídica da aut falência na legislação anterior e modificação da Lei 11.101/2005	127
113. Finalidade da manutenção do instituto	127

Capítulo VI - Da Recuperação Extrajudicial (artigos 161 a 167)	129
114. A "convocação de credores" como ato de falência, no Decreto-Lei 7.661/45	129
115. Precedentes no Direito brasileiro	130
116. O Imperador e o Rei	130
117. Reintrodução do acordo extrajudicial no Direito brasileiro	131
118. Limitações ao direito de negociação em processos de recuperação extrajudicial - Exclusão dos Créditos tributários e trabalhistas	131
119. Outras limitações ao plano de recuperação	133
120. Características da recuperação extrajudicial	134
121. Ausência de efeito suspensivo	135
122. Procedimento para homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial	135
123. Julgamento das impugnações	136
124. Indeferimento do pedido por vício de representação	136
125. Consequências da prova de simulação de créditos pelo devedor	137
126. Do recurso cabível da sentença que defere ou indefere a recuperação extrajudicial	138
127. Título executivo judicial	138
128. Efeitos jurídicos da não-homologação do plano de recuperação extrajudicial	138
129. Admissão de outras modalidades de transação entre devedor e credores	139

Capítulo VIII - Disposições Finais e Transitórias (artigos 189, 192 e 201)	140
130. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	140

347.739(81)(094)
Coment.
O16r



131. Efeitos da ultratividade do Decreto Lei 7.661/45 aos processos ajuizados anteriormente ao início de vigência da nova lei de falências	140
--	-----

2ª Parte DAS PENALIZAÇÕES

Dos Crimes Falimentares	145
1. Considerações Gerais	145
2. Da Tipologia Penal	147
3. A Adequação Típica	148
4. Da Co-Autoria e Participação - Conceito de Concurso de Pessoas	151
5. As Teorias Pluralística, Dualista e Monista	152
6. Teoria monista	153
7. Autoria e Participação	154
8. Do Sujeito Ativo no Crime Falimentar	156
9. Da Multiplicidade de Autores	156
10. Das Provas	158
11. Da Suspensão Condicional do Processo	160
12. Da Prescrição nos Crimes Falimentares	160
13. O Ministério Público na Lei Falimentar	161
14. Da Competência e da Jurisdição	163
15. Dos Crimes Falimentares em Concreto	163
16. O Princípio da Insignificância no Crime Falimentar	164
17. Da Tentativa	165
18. Da Irretroatividade da Lei Falimentar - <i>Novatio Legis In Pejus</i>	167
 Dos crimes em espécie	 169
19. Fraudes a Credores	169
20. Do Aumento de Pena	170
21. Da contabilidade Paralela	171
22. Concurso de Pessoas	171
23. Redução ou Substituição da Pena	172
24. Violação de Sigilo Empresarial	172
25. Divulgação de Informações Falsas	172
26. Indução a Erro	173
27. Favorecimento de Credores	173
28. Desvio, Ocultação ou Apropriação de Bens	174
29. Aquisição, Recebimento ou Uso Ilegal de Bens	175
30. Habilitação Ilegal de Crédito	175

347.739(81)(094)
Coment.
O16r



31. Exercício Ilegal de Atividade	176
32. Violação de Impedimento	176
33. Omissão dos Documentos Contábeis Obrigatórios	177
34. Efeitos da Condenação	178
35. Da Competência e Jurisdição	178
36. Crime Falimentar e Sempre de Ação Pública	179
37. Da Instauração da Ação Penal	180
38. Das Formalidades Processuais	180
 Anexo	
Organograma do Processo de Recuperação	183
 Bibliografia	185

347.739(81)(094)
Coment.
O16r

